

(Bacen). Isso por que legalmente as reservas têm sua destinação prevista por lei e devem ser aplicadas em títulos seguros, de risco próximo a zero, como é o caso dos papéis emitidos pelo Tesouro norte-americano.

Dessa forma, e levando-se em conta o tipo de aplicação que o governo espera fazer com os recursos, caso fossem usadas as reservas, o Bacen estaria desempenhando funções fora de sua natureza de autoridade monetária, qual seja, de defender a moeda. Como as reservas administradas pelo Bacen não podem ser usadas para financiamento de despesa pública, ainda que de boa qualidade, o fundo teria de ser administrado, por exemplo, pelo Ministério do Desenvolvimento ou pelo da Fazenda.

A polêmica, porém, ultrapassa as questões burocráticas sobre quem e como se deve administrar o fundo. Embora vivendo um bom momento, a economia brasileira parece não está pronta para a criação de um fundo soberano. O Brasil vive uma situação diferente dos países emergentes que criaram tais fundos a partir do excesso de divisas em moeda estrangeira. Ao contrário daqueles, o País teria de buscar esses recursos comprando dólares no mercado e criaria um fundo com aumento da dívida e não com sobra de recursos - condição específica para o surgimento dos fundos soberanos. Além disso, segundo avaliação da diretora de Rating Soberano da agência de classificação de risco de crédito Standard & Poors, Lisa Schineller, *“o Brasil não opera com superávit fiscal nominal, por exemplo, para que seja criado um fundo soberano de riqueza”*.

No Brasil, as reservas sequer cobrem o total da dívida externa, e são tratadas como um seguro que podem ser úteis não só para pagar essa dívida, mas também, para permitir ao País enfrentar colapsos como o que pode vir de uma desaceleração da economia mundial ou de uma diminuição nos preços das *commodities* que, no momento, vêm dando sustentação à pauta exportadora brasileira. Também, diante de uma crise mundial, o fluxo de capitais externo que para cá é direcionado pode se reverter, exigindo o uso de tais reservas e, além disso, o Brasil não tem as mesmas características de outros países que criaram fundos soberanos. *“São países com uma poupança [interna] enorme, com alto grau de investimento em relação ao PIB e o custo fiscal para o Brasil seria enorme”*. Afirmo o economista Nathan Blanche, da Tendências Consultoria para quem a medida favoreceria apenas um segmento e não toda a economia brasileira. *“É um política protecionista para alguns setores que o governo vai escolher. Isso é uso político e não de mercado”*.

Como se não bastasse isso, caso o FSB esteja mesmo voltado aos interesses das empresas brasileiras no exterior, o grau de exposição a riscos dos recursos desse fundo poderá ser maior do que se houvesse uma diversificação de suas aplicações. Essa modalidade de aplicação só deveria ocorrer quando a relação reservas/dívida externa brasileira fosse bem maior que a unidade, de forma a não comprometer os recursos necessários ao pagamento dos compromissos internacionais, evitando assim aumentar o grau de desconfiança dos credores da dívida externa do País.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.